

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.389.551 - ES  
(2018/0285306-8)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : BIMBO DO BRASIL LTDA**  
**ADVOGADOS : PEDRO HENRIQUE MENEZES NAVES - DF016233**  
**DANIEL FONSÊCA ROLLER - DF017568**  
**LUIZ ROGÉRIO SAWAYA BATISTA - SP169288**  
**BRUNO TADAYOSHI HERNANDES MATSUMOTO -**  
**SP258650**  
**TIAGO SERRALHEIRO BORGES DOS SANTOS -**  
**SP285835**  
**NILSON VITAL NAVES E OUTRO(S) - DF032979**  
**RODRIGO REZENDE DE PÁDUA - DF034550**  
**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**

## DECISÃO

Trata-se de agravo interno manejado pela **Bimbo do Brasil Ltda.**, contra decisão que não conheceu do agravo em recurso especial, sob o fundamento de que incide a Súmula 182/STJ, porquanto a parte agravante não teria impugnado todos os motivos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial, a saber, a incidência das Súmulas 7 e 83/STJ.

A parte agravante sustenta, em síntese, que: (I) impugnou todos os motivos adotados pelo Tribunal de origem para obstar o recurso especial; e (II) uma das teses arguidas no Apelo Especial foi afetada ao Tema 444 dos Recursos Representativos da Controvérsia, o qual versa sobre a prescrição relativa ao redirecionamento de executivos fiscais, de modo que deve-se determinar o sobrestamento do recurso, com determinação de remessa ao Tribunal *ad quem* para futuro Juízo de Conformação.

Requer a reconsideração da decisão agravada ou a submissão da insurgência ao órgão colegiado.

Transcorreu *in albis* o prazo para impugnação (fl. 3.123).

## É O RELATÓRIO.

Melhor compulsando os autos, e exercendo o juízo de retratação facultado pelo arts. 1.021, § 2º, do CPC/2015 e 259, § 6º, do RISTJ, **reconsidero** a decisão de fls.

2.365/2.366, tornando-a sem efeito, passando novamente à análise do recurso.

Trata-se de agravo interposto por **Bimbo do Brasil Ltda.**, desafiando decisão denegatória de admissibilidade a recurso especial, este interposto, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (fls. 2.489/2.490):

**TRIBUTÁRIO PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE POR SUCESSÃO EMPRESARIAL. ART. 133. II, DO CTN. BIMBO DO BRASIL LTDA. LEGITIMIDADE PASSIVA. CDA. AUSÊNCIA DE VÍCIO.**

1 Sentença do Juízo Federal da 1ª Vara de Execução Fiscal de Vitória/ES, que julgou improcedente o pedido, julgando extinto o processo sem julgamento de mérito (art 269, I, do CPC/1973).

2 BIMBO DO BRASIL LTDA opôs embargos à execução em face do INSS (sucedido pela UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), objetivando a desconstituição da execução em relação a embargante. excluindo-a do polo passivo da Execução Fiscal nº 0004418-89.1998.4.02.5001 Alegou, em síntese: a) ilegitimidade passiva pela inexistência de aquisição ou participação da embargante no grupo Firenze e, b) inocorrência de sucessão dos negócios jurídicos firmados pela Embargante.

3. Esta E. Corte já tem o entendimento firmado quanto ao reconhecimento da empresa Bimbo do Brasil Ltda., na condição de sucessora das empresas que integram o GRUPO FIRENZE/PÃO GOSTOSO, da qual faz parte a empresa FARINA'S INDÚSTRIA E COMERCIO DE MASSAS LTDA (Executada).

4. E patente a responsabilidade da Apelante pelo passivo do grupo com o qual negociou, considerando as disposições contidas no art. 133 do CTN, na medida em que inequívoca a aquisição de fundo de comércio, com a aquisição de maquinários, com a utilização do estabelecimento comercial e com o uso da marca FIRENZE, que se integra ao fundo de comércio, juntamente com as instalações industriais, além do aproveitamento da clientela e de alguns empregados que se encontravam ligados às empresas do grupo FIRENZE.

5. Conforme disciplina o art. 2º, §5º, inciso III, da Lei nº 6 830/80, a CDA deverá conter a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida. Ao analisar o título exequendo, restou verificado que, ao contrário do que propugna a parte embargante, dele constam os dados indispensáveis à sua validade e à validade da execução, ou seja, os relacionados nos incisos I a VI do § 5º do art 2º da Lei nº 6 830/80.

6. A CDA que embasou a Execução Fiscal identifica o devedor, número de inscrição e do processo administrativo, a valor

# Superior Tribunal de Justiça

*originário origem e natureza da dívida, os acréscimos sobre ele incidentes e respectivos termos iniciais e a sua fundamentação legal. O documento encontra-se devidamente firmado pela autoridade fiscal e vem instruído com demonstrativo de cálculo que discrimina as parcelas que compõem o débito, inclusive por competências.*

7. *Precedentes TRF2. AC 2011 50 01 011267-9. Relatora Desembargadora Federal LANA REQUEIRA. Terceira Turma Especializada. 26/09/2016; AG 2010.02.01 016830-9. DJE 04/05/2011 e AC nº 201350010072642/ES. Relator Desembargador Federal LUIZ ANTONIO SOARES, Quarta Turma Especializada 13/01/2017.*

8. *Apelação desprovida.*

Opostos embargos de declaração, foram estes desprovidos (fls. 2.604/2.611).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta, dentre outros argumentos, violação aos arts. 125, III, e 174 do CTN, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta, em síntese, a ocorrência da prescrição intercorrente do crédito tributário, sendo certo que, *"ultrapassados mais de 05 anos entre o início do executivo fiscal e o pedido de redirecionamento — inexistente, diga-se — em face das sociedades MRTG e Fire Participações, sociedades que foram consideradas — posteriormente à celebração dos negócios jurídicos — como integrantes do mesmo grupo econômico de fato da Devedora Originária, mostra-se evidenciada a prescrição intercorrente que igualmente aproveita Bimbo do Brasil, nos moldes do inciso III do artigo 125 e do artigo 174 do Código Tributário Nacional, dispositivos cuja vigência foi negada pelo Tribunal a quo"* (fls. 2.814/2.815), fazendo referência ao **REsp nº 1.201.993/SP**, julgado sob o rito dos recursos repetitivos.

## **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Verifica-se que, a despeito de a recorrente especial haver alegado que o acórdão recorrido destoa de entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça em recurso submetido à sistemática dos recursos especiais repetitivos, nos autos do **REsp 1.201.993/SP** (Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 21/10/10, Tema nº 444), a Corte de origem deixou de efetuar o juízo de conformidade (art. 543-C, §§ 7º e 8º, do CPC/73; art. 1.030, I, *b*, CPC/2015) **antes** de analisar os pressupostos de prelibação do recurso

# Superior Tribunal de Justiça

especial.

Com efeito, na sistemática introduzida pelo artigo 543-C do CPC/73, incumbe ao Tribunal de origem, com exclusividade e em caráter definitivo, proferir juízo de adequação do caso concreto ao precedente formado em repetitivo, sob pena de tornar-se ineficaz o propósito racionalizador implantado pela Lei 11.672/2009. Essa conclusão pode ser extraída da fundamentação constante da **Questão de Ordem no Ag 1.154.599/SP**, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, DJe de 12/5/2011, submetida à apreciação da Corte Especial:

*"A edição da Lei n. 11.672, de 8.5.2008, decorreu, sabidamente, da explosão de processos repetidos junto ao Superior Tribunal de Justiça, ensejando centenas e, conforme a matéria, milhares de julgados idênticos, mesmo após a questão jurídica já estar pacificada.*

*O mecanismo criado no referido diploma, assim, foi a solução encontrada para afastar julgamentos meramente 'burocráticos' nesta Corte, já que previsível o resultado desses diante da orientação firmada em **leading case** pelo órgão judicante competente.*

*Não se perca de vista que a redução de processos idênticos permite que o Superior Tribunal de Justiça se ocupe cada vez mais de questões novas, ainda não resolvidas, e relevantes para as partes e para o País.*

*Assim, criado o mecanismo legal para acabar com inúmeros julgamentos desnecessários e inviabilizadores de atividade jurisdicional ágil e com qualidade, os objetivos da lei devem, então, ser seguidos também no momento de interpretação dos dispositivos por ela inseridos no Código de Processo Civil e a ela vinculados, sob pena de tornar o esforço legislativo totalmente inócuo e de eternizar a insatisfação das pessoas que buscam o Poder Judiciário com esperança de uma justiça rápida."*

No caso, a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inadmitiu, de pronto, o recurso especial, sem que **antes** fosse cumprido o rito previsto no § 7º do art. 543-C do CPC/73 (art. 1.030, I, *b*, e II, do CPC/2015), isto é: **ou negativa de seguimento** do recurso especial se o acórdão recorrido estiver **em conformidade** com o julgado repetitivo; **ou encaminhamento do processo ao órgão colegiado** para eventual juízo de retratação se o acórdão recorrido **divergir** do entendimento do STJ.

**ANTE O EXPOSTO**, determino a devolução dos autos ao Tribunal de

# *Superior Tribunal de Justiça*

origem, a fim de que seja observado o rito previsto no art. 1.030, I, *b*, e II, do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator

